

GT13

Financiamento político no Brasil: o impacto do dinheiro sobre partidos, eleições, candidatos e representantes.

Coordenadores:

Bruno Wilhelm Speck (UNICAMP)

Wagner Pralon Mancuso (USP)

**NÚMERO EFETIVO DE CANDIDATOS E RIQUEZA REGIONAL EM
ANÁLISES DE FINANCIAMENTOS DE CAMPANHA:**

Proposta metodológica para comparar os efeitos da monetarização de disputas eleitorais em diferentes regiões do Brasil¹

Emerson Urizzi Cervi²

Ciência Política/UFPR

ecervi7@gmail.com

¹ VERSÃO PRELIMINAR. NÃO CITAR.

² Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), professor do departamento de Ciências Sociais e do Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pesquisador nas áreas de eleições e comunicação política. <http://ufpr.academia.edu/Cervi>



NÚMERO EFETIVO DE CANDIDATOS E RIQUEZA REGIONAL EM ANÁLISES DE FINANCIAMENTOS DE CAMPANHA:

Proposta metodológica para comparar os efeitos da monetarização de disputas eleitorais em diferentes regiões do Brasil

Emerson Urizzi Cervi
Ciência Política/UFPR
ecervi7@gmail.com

Resumo:

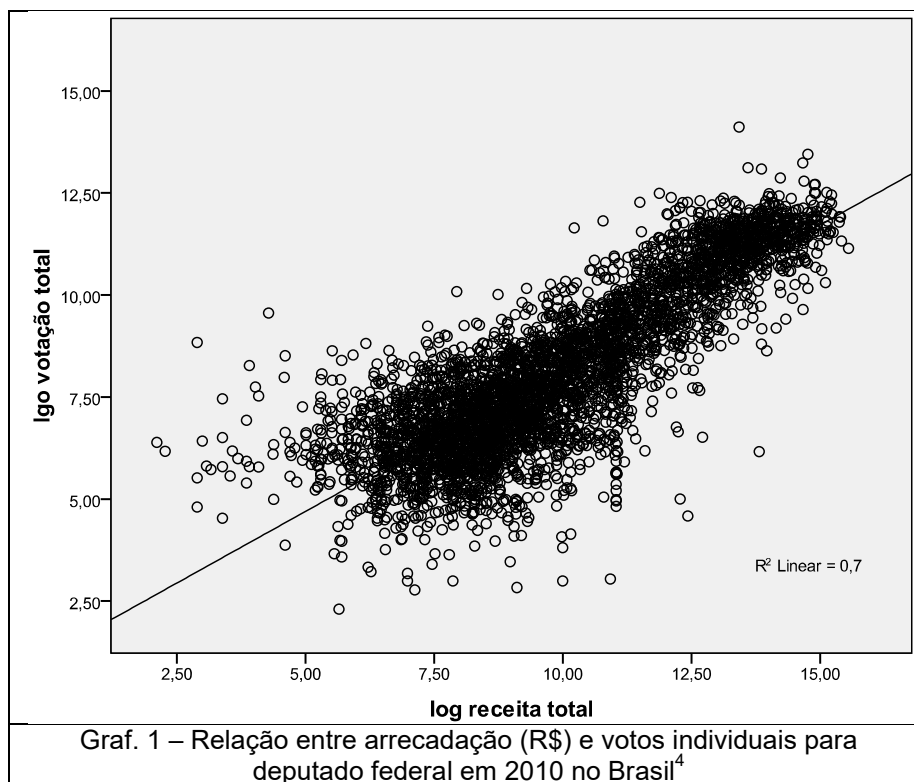
O *paper* filia-se aos estudos empíricos de sistemas democráticos com uso de indicadores para medição do impacto de recursos financeiros da campanha nos resultados eleitorais. No caso do Brasil, por se tratar de um País de grandes extensões e heterogeneidade econômica, política e social nos distritos eleitorais, é difícil fazer comparações diretas sobre impacto de financiamento de campanha em disputas nacionais. Parte-se do princípio que recursos de campanha têm peso distinto em função dos níveis de concorrência política (número efetivo de candidatos) e da riqueza local (Produto Interno Bruto Per capita) dos distritos eleitorais. A proposta é testar um modelo de análise que leve em consideração essas variáveis sobre o desempenho dos candidatos. Pretende-se propor um modelo que permita a equalizar distintas condições de campanha para, então, avaliar comparativamente os impactos dos recursos financeiros nas disputas. Para tanto, serão usados dados referentes às eleições de 2010 para Deputado Federal no Brasil.

Palavras-chave: Eleições, deputado federal, Brasil, financiamento de campanha, competitividade eleitoral.

1. Introdução:

Estudos sobre resultados de eleições são um dos campos mais explorados da ciência política para interpretação de elementos complexos da democracia representativa. Como já apontaram Taagepera e Shugart (1989) no

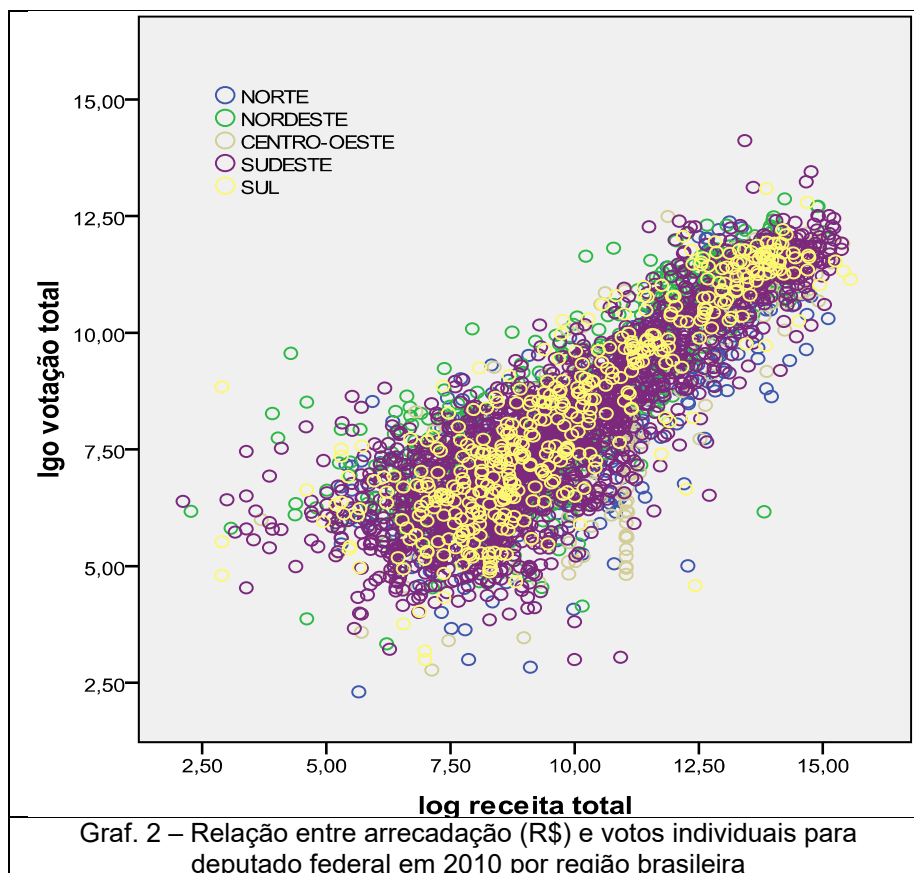
século passado, parte-se de quantidades bem definidas e mensuráveis de votos, vagas e candidatos para se chegar a noções mais complexas do sistema como um todo. Mais recentemente têm sido agregados às quantidades de votos, os valores mensuráveis de recursos financeiros aplicados nas campanhas eleitorais³. O gráfico 1 a seguir mostra a relação entre recursos arrecadados individualmente e votos obtidos por mais de quatro mil candidatos a deputado federal, em 2010, no Brasil. O coeficiente de determinação r^2 de 0,700 mostra uma forte relação entre dinheiro e voto. Quanto mais recursos disponíveis, maior a possibilidade de angariar votos individuais. Isso não significa que dinheiro garanta a vitória, pois existem outras condições necessárias, sociopolíticas e não só econômicas, que ajudam a explicar o sucesso dos candidatos.



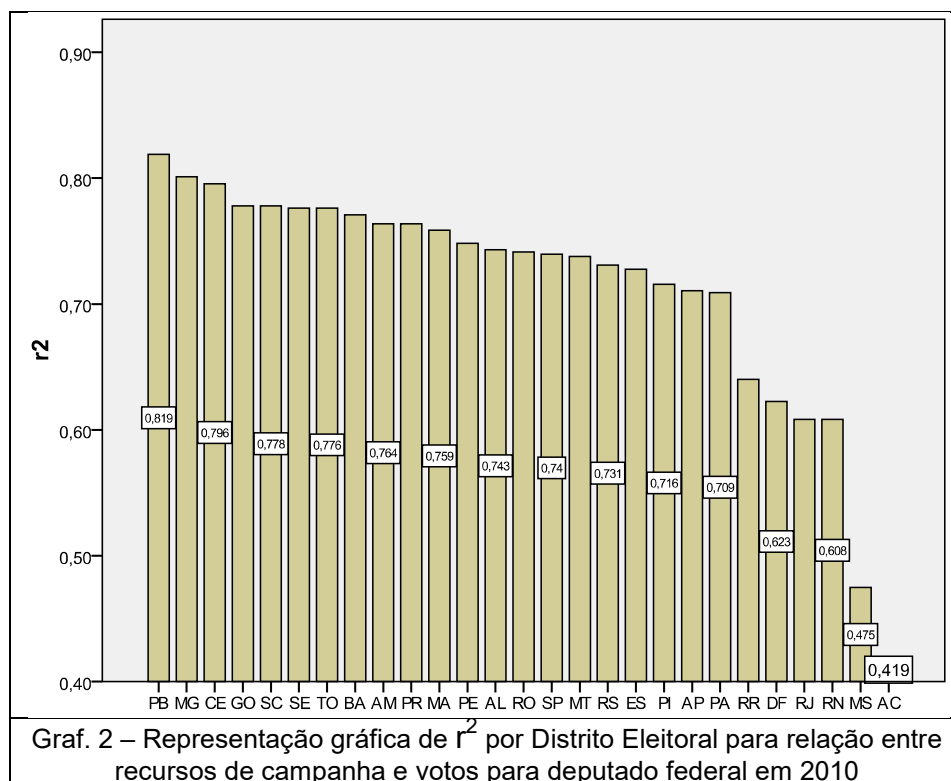
³ Existem pelo menos duas grandes linhas de estudos sobre financiamento de campanha em desenvolvimento no Brasil. Uma delas, que será objeto desse trabalho, analisa os efeitos do dinheiro sobre o voto. A outra trata do financiamento sob a ótica dos doadores e suas características, conforme abordado por Speck e Mancuso (2011) entre outros.

⁴ Optou-se por usar o logaritmo na regressão devido a forte heteroquedasticidade percebida na relação entre as variáveis originais.

Seguindo as pistas da forte relação entre dinheiro e voto, o gráfico 2, abaixo, apresenta as mesmas relações variáveis, porém, as cores distinguem os candidatos de cada uma das cinco mesorregiões brasileiras. Nele é possível perceber que mesmo agregando os 27 distritos eleitorais em cinco mesorregiões são mantidas as diferenças na relação entre doações de campanha e votos individuais. Para a região norte o r^2 é de 0,661. Para o nordeste, r^2 de 0,732. No centro-oeste o r^2 é de 0,642. No sudeste o r^2 fica em 0,713. No sul, r^2 de 0,747. Percebe-se, pelos coeficientes, que o grau de explicação da relação entre as variáveis varia entre os grupos. Devido a essas distinções é que utilizaremos duas variáveis, uma de caráter político e outra econômica, para compor um índice que pretende minimizar os efeitos regionais do impacto dos recursos monetários nas campanhas eleitorais e possibilitar melhores condições de comparação entre eles.



Se a distribuição dos casos permite identificar diferenças entre macrorregiões, o gráfico 3 mostra os coeficientes de determinação por distrito eleitoral – que é o que importa de fato. Nele ficam evidenciadas as diferenças da força da relação entre as duas variáveis por distrito eleitoral, variando de r^2 acima de 0,800 para a Paraíba e r^2 pouco superior a 0,400 no Acre. Além de apontar a magnitude das diferenças de relações entre recursos de campanha e quantidade de votos, o gráfico também indica a pouca utilidade de se analisar as relações entre variáveis pelo agregado das mesorregiões, visto que distritos eleitorais de uma mesma região apresentam-se em posições distintas no gráfico. Por exemplo, os três maiores coeficientes: Paraíba, Minas Gerais e Ceará, pertencem a regiões distintas: norte, sudeste e nordeste, respectivamente. Esses “achados” iniciais permitem dizer que não é indicado fazer comparações diretas entre efeito do financiamento e voto entre candidatos de diferentes UFs brasileiras, ainda que a disputa seja para o mesmo cargo e sob as mesmas regras.





As análises a respeito das doações e doadores de campanhas eleitorais têm se mostrado bastante produtivas quando o objetivo é entender aspectos contextuais das eleições até então desconsiderados (Mann, 1999; Scarrow, 2004; Fisher, 2004). Aliado a isso, o tratamento empírico dado aos resultados eleitorais, com análise matemática e criação de índices são cada vez mais utilizados como instrumentos de pesquisa. De acordo com Peña, *“los datos de votos y de asientos por partido han podido agregarse en indicadores simples que pretenden explicar en un único dato las distribuciones o diferencias observadas”* (2005, p. 235). A questão é identificar até que ponto se pode reproduzir indicadores simples que desconsideram particularidades dos sistemas eleitorais em busca de resultados generalizantes? Até onde os ganhos de comparabilidade são maiores que a representação das particularidades de cada disputa eleitoral? É possível encontrar efeitos de campanha em distritos eleitorais com diferenças contextuais que sejam efetivamente comparáveis? As eleições nacionais brasileiras, que acontecem em 27 distritos eleitorais simultaneamente, são um objeto de análise adequado para buscar respostas a essas perguntas.

O objetivo do *paper* é testar o impacto de recursos financeiros sobre o voto, relativizado por duas variáveis: nível de concorrência às vagas e riqueza econômica de cada distrito eleitoral. A primeira está relacionada à capacidade da elite política em apresentar concorrentes aos cargos eletivos⁵. Como há variações no número efetivo de candidatos entre os distritos, consideramos ser inadequada qualquer comparação sobre os efeitos dos recursos de campanha que desconsidere as diferenças no número de candidatos efetivos. Como o número máximo de candidatos permitidos pela legislação eleitoral é proporcional ao número de eleitores, em distritos com menor número efetivo, há potencialmente mais recursos disponíveis para os concorrentes financiarem suas campanhas. A segunda variável tem a ver com o desenvolvimento econômico de cada distrito eleitoral, medido pelo Produto Interno Bruto Per capita de cada distrito eleitoral. Como o objeto de análise aqui é a eleição para

⁵ Uma versão inicial dessa parte da análise foi apresentada em mesa redonda sobre eleições brasileiras no 6º Congresso Latinoamericano de Ciencia Política, em Quito – Equador, junho de 2012,



deputado federal em 2010, os distritos eleitorais coincidem com as unidades da federação (UFs).

A hipótese testada aqui é que o impacto dos recursos arrecadados pelos candidatos no voto tem relação com a competitividade e com o desenvolvimento econômico dos distritos eleitorais. Em Unidades da Federação com maior desenvolvimento econômico (medido aqui pelo PIB Per capita) e maior número de concorrentes, os efeitos dos recursos financeiros sobre o voto seriam reduzidos. Já em locais com menor renda per capita e menos candidatos por vaga, a correlação entre voto e recursos financeiros tenderia a crescer. A ideia é que em UFs mais pobres e com menor número de concorrentes, os efeitos da monetarização das campanhas sejam distintos das UFs mais ricas e com maior número de candidatos a deputado federal.

Para tanto, propomos um índice que controle os efeitos da monetarização das campanhas. Aqui, o termo “campanhas monetarizadas” é usado como medida para identificar os efeitos dos recursos monetários sobre o desempenho eleitoral. Propõe-se a construção de um índice que agrupa os 27 distritos eleitorais brasileiros em quatro categorias: i) Menos Monetizadas (MeM), em distritos eleitorais com baixo PIB per capita e reduzida proporção de candidatos efetivos; ii) Monetização Limitada por Escassez Econômica (MLiE), para os distritos eleitorais com baixo PIB Per capita, porém, alta proporção de candidatos efetivos; iii) Monetização Limitada por Escassez Política (MLiP), onde o PIB per capita é alto, porém, há baixa proporção de candidatos efetivo; e iv) Mais Monetizadas (MaM), para os distritos eleitorais com alto PIB per capita e alta proporção de candidatos.

São utilizadas duas fontes de informações para os testes, ambas disponíveis no sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A primeira é a relação do desempenho dos candidatos a deputado federal em 2010; a outra é a prestação de contas dos concorrentes. Como se faz necessário cruzar as informações dos dois bancos de dados, só foram considerados aqui os candidatos que receberam votação e que prestaram contas das doações e gastos individuais durante a disputa, totalizando 4.124 casos. Também são



usadas informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a composição do PIB per capita por Unidade da Federação em 2008.

A partir daqui o texto está dividido em três partes. Na primeira são apresentadas as variáveis e o modelo para criação do índice de monetarização das campanhas a partir das duas variáveis: a política - proporção efetiva de candidatos; e a econômica – PIB per capita estadual. Em seguida o índice é testado para os candidatos a deputado federal por UF em 2010. Por fim, são apresentadas algumas notas conclusivas a respeito dos “achados”.

2. Composição do índice de monetarização das campanhas

Conforme apresentado acima, o índice de monetarização é composto por duas variáveis de diferentes dimensões e de abrangência macro. Uma de ordem política, medida em termos de proporção de candidatos em relação ao máximo possível. A outra, de ordem econômica, medida em Reais para indicar o Produto Interno Bruto (PIB) per capita por distrito eleitoral para a disputa à Câmara de Deputados. Com isso, pretende-se estabelecer um padrão regional e não individual que permita a comparação dos efeitos dos recursos entre distritos com diferentes características. A composição dos valores dessas duas variáveis dá origem ao que se chama aqui de índice de monetarização, composto por quatro categorias para controlar os efeitos dos recursos por número de candidato e riqueza do distrito eleitoral. A seguir são apresentadas as etapas para cálculo do índice.

2.1 – Ponderação pela proporção de candidatos efetivos

Em primeiro lugar deve-se encontrar o número ponderado de candidatos efetivos por distrito eleitoral. Isso porque, quanto mais concorrentes na disputa, mais “caro” torna-se o dinheiro disponível no mercado para financiar as campanhas. Definem-se os limites de candidatos por distrito a partir do número de vagas que cada distrito tem na Câmara de Deputados. Portanto, quanto mais



próximo do máximo de concorrentes, maior a demanda por recursos no distrito eleitoral para financiar as campanhas⁶.

A lei 9504/97 estabelece o máximo de candidatos em cada distrito eleitoral. Para deputado federal os critérios são os seguintes: em distritos com até 20 vagas na Câmara de Deputados partidos que não se coligarem podem apresentar até duas vezes o número de vagas, enquanto para as coligações – independente do número de partidos – é possível apresentar até 2,5 vezes o número de vagas. Por exemplo, em um distrito com o número mínimo de oito vagas no congresso, cada partido não coligado pode ter até 16 candidatos, enquanto cada coligação tem o direito de apresentar até 20 concorrentes. Já em distritos eleitorais com mais de 20 vagas, partido que não se coligar pode apresentar até 1,5 vezes o número de vagas e cada coligação pode ter até duas vezes em número de candidatos. Assim, por exemplo, em um distrito com 30 vagas da Câmara de Deputados, um partido “solteiro” pode ter até 45 candidatos, enquanto cada coligação pode apresentar até 60 concorrentes no total. De acordo com essas regras, o número de candidaturas à Câmara de Deputados no Brasil por distrito eleitoral variará entre em função de três fatores principais:

- Número de partidos que apresentam candidatos – quanto mais partidos, maior o número de concorrentes;
- Número de coligações formadas – embora as coligações possam apresentar 50% a mais de vagas, quando existe um grande número de partidos na coligação, o efeito é contrário, reduzindo o número de participantes por sigla que compõe a coligação;
- Número efetivo de concorrentes por partido e/ou coligação – a legislação determina o número máximo de concorrentes, mas não o mínimo, portanto, teoricamente os partidos podem concorrer com o número de candidatos que puder apresentar até o máximo estabelecido em lei.

O cálculo da proporção efetiva de candidatos efetivos é simples:

⁶ Para uma discussão mais aprofundada sobre esse ponto, ver: CERVI, Emerson. Comportamiento electoral y nivel de disputa en Brasil. Apresentado no Simposio del Grupo de Investigación "Comunicación Política y Comportamiento Electoral". 6º Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, Alacip, Quito – Equador, 2012.

$$PEC = \frac{NRC}{NPC}$$

Onde:

PEC = Proporção Efetiva de Candidatos no distrito eleitoral;

NRC = Número Real de Candidatos;

NPC = Número Possível de Candidatos.

Se em um distrito eleitoral o número efetivo de candidatos fosse igual ao máximo, a proporção seria de 1 (um), ou seja, aproveitamento de 100% das vagas disponíveis a deputado federal. Para as eleições à Câmara Federal em 2010 foram registradas no TSE 102 coligações partidárias e 26 listas de partidos não coligados nos 27 distritos eleitorais, totalizando 128 listas com composições diferentes. Considerando o que determina a legislação e o número de partidos e coligações disputando a eleição de 2010, se todos tivessem apresentado o máximo de concorrentes, teriam sido inscritos 9.243 concorrentes na disputa. Porém, o número final ficou em 4.124, que representa uma proporção de 0,44 do total. Ou seja, os partidos políticos apresentaram menos da metade do total de candidatos a que tinham direito de registrar em 2010. Essa proporção de 0,44 equivale a uma média para o País, no entanto, as proporções de candidatos efetivos por distrito eleitoral apresentaram diferenças⁷. A tabela 1 a seguir mostra o número de candidatos efetivos por distrito eleitoral, o número máximo de concorrentes e a proporção. A tabela foi ordenada da maior para a menor proporção de candidatos.

⁷ Importante considerar que um dos limitadores para que os partidos consigam preencher todas as vagas possíveis de candidatos é a regra que estabelece a cota de pelo menos 30% de concorrentes do mesmo sexo e no máximo 70%, conforme estabelece o artigo 10 da lei 9504/97. Como normalmente os partidos e coligações não conseguem número de mulheres para se candidatarem até 30% das vagas, a solução é reduzir o total de candidatos para cumprir a regra. Assim, mesmo que existam mais homens dispostos a se candidatarem, os partidos limitarão o número de registros em função da inexistência de candidatas para a disputa. Por exemplo, digamos que um partido pudesse lançar até 30 candidatos a deputado federal. Nesse caso, precisaria ter pelo menos 10 concorrentes de um dos sexos. Considerando que ele só conseguiu registrar sete mulheres (ou homens, tanto faz), não poderá exceder a 21 candidatos do outro sexo. Com isso, o total de concorrentes efetivos cai para 28, com duas vagas a menos do que o máximo estabelecido pela legislação.

Tab. 1 – Proporção de candidatos efetivos em relação ao máximo por distrito eleitoral – Câmara dos Deputados, 2010

| UF | VAGAS | Nº MÁX CAND* | Nº EFET CAND | PROP CAND |
|--------------|------------|--------------|--------------|-------------|
| TO | 8 | 40 | 37 | 0,93 |
| MS | 8 | 76 | 66 | 0,87 |
| RO | 8 | 76 | 65 | 0,86 |
| AC | 8 | 40 | 34 | 0,85 |
| ES | 10 | 119 | 68 | 0,57 |
| SP | 70 | 1845 | 978 | 0,53 |
| MT | 8 | 112 | 58 | 0,52 |
| RJ | 46 | 1156 | 601 | 0,52 |
| RR | 8 | 92 | 48 | 0,52 |
| AP | 8 | 112 | 57 | 0,51 |
| SC | 16 | 278 | 136 | 0,49 |
| DF | 8 | 158 | 76 | 0,48 |
| AL | 9 | 107 | 47 | 0,44 |
| GO | 17 | 214 | 94 | 0,44 |
| PR | 30 | 514 | 226 | 0,44 |
| MA | 18 | 290 | 122 | 0,42 |
| PB | 12 | 162 | 68 | 0,42 |
| MG | 53 | 1124 | 461 | 0,41 |
| PA | 17 | 230 | 92 | 0,40 |
| SE | 8 | 113 | 44 | 0,39 |
| AM | 8 | 123 | 43 | 0,35 |
| PI | 10 | 197 | 67 | 0,34 |
| RS | 31 | 641 | 218 | 0,34 |
| BA | 39 | 530 | 175 | 0,33 |
| PE | 25 | 387 | 116 | 0,30 |
| RN | 8 | 150 | 45 | 0,30 |
| CE | 22 | 357 | 82 | 0,23 |
| TOTAL | 513 | 9243 | 4124 | 0,44 |

*O número máximo de candidatos varia em função do número de partidos solteiros e coligados com candidatos na disputa.

Como se pode perceber, o Tocantins foi o distrito eleitoral que apresentou a maior proporção (0,93), com 37 inscritos para o máximo de 40 concorrentes. O distrito com a menor proporção de concorrentes foi Ceará. Com 22 vagas na Câmara de Deputados, considerando o número de partidos e coligações inscritas em 2010, Ceará poderia ter tido até 357 concorrentes, mas foram registrados apenas 82, o que significa uma proporção de candidatos efetivos de



0,23. Se todos os distritos eleitorais apresentassem o mesmo nível de desenvolvimento econômico, potencialmente no Tocantins haveria menos recursos disponíveis para cada candidato individual do que no Ceará, onde a proporção de concorrentes foi cerca de cinco vezes menor.

A proporção de candidatos efetivos é o primeiro componente do índice de monetarização. No entanto, sozinho ele não é capaz de equalizar as condições de disputa pelos recursos financeiros, a não ser que todos os distritos eleitorais apresentassem o mesmo nível de desenvolvimento econômico e, com isso, potencialmente dispusessem dos mesmos montantes de recursos para as campanhas eleitorais. Como isso não acontece no Brasil, onde ainda persistem grandes desigualdades macroeconômicas regionais, é preciso ainda ponderar a disponibilidade de recursos para as disputas eleitorais pelo PIB Per capita.

2.2 Ponderação pelo PIB Per capita dos distritos eleitorais

O objetivo aqui é inverter a ordem, dando maior peso para os distritos eleitorais menos desenvolvidos economicamente. Isso porque, em distritos mais ricos existe uma monetarização maior das campanhas em termos absolutos. Para encontrar a proporção de riqueza dos distritos eleitorais, utiliza-se aqui o distrito com menor PIB Per capita para servir como parâmetro (valor 1). Todos os demais distritos serão inversamente proporcionais a ele. Em 2008, segundo dados do IBGE, Piauí apresentava o menor PIB Per capita do Brasil, com R\$ 5.372,56. A fórmula da proporção é:

$$PPib = \frac{Pib_{PI}}{Pib_{de}}$$

Onde:

PPib = Proporção do PIB Percapta em relação a Piauí;

Pib_PI = PIB Percapta do Piauí em 2008;

Pib_de = PIB Percapta do distrito eleitoral em 2008.

Como o PIB Per capita do Maranhão é apenas 12% superior ao de Piauí, a ponderação para este distrito eleitoral é de 0,88. Já, no caso do Distrito

Federal, maior PIB Per capta brasileiro em 2008, a diferença é de quase 10 vezes e a proporção fica em apenas 0,12. Isso significa dizer que no Distrito Federal para cada Real absoluto da campanha eleitoral, o valor relativo no Piauí seria quase dez vezes maior de os dois distritos apresentassem proporcionalmente o mesmo número efetivo de candidatos.

Tab. 2 – Valor de PIB Percapta ponderados por Distrito Eleitoral

| UF | PIB PERCAPTA 2008 | VALOR PONDERADO |
|-----------|--------------------------|------------------------|
| PI | 5.372,56 | 1,00 |
| MA | 6.103,66 | 0,88 |
| AL | 6.227,50 | 0,86 |
| PB | 6.885,98 | 0,78 |
| CE | 7.111,85 | 0,76 |
| PA | 7.992,71 | 0,67 |
| PE | 8.064,95 | 0,67 |
| RN | 8.202,81 | 0,66 |
| BA | 8.378,41 | 0,64 |
| SE | 9.778,96 | 0,55 |
| AC | 9.896,16 | 0,54 |
| TO | 10.223,15 | 0,53 |
| AP | 11.032,67 | 0,49 |
| RR | 11.844,73 | 0,45 |
| RO | 11.976,71 | 0,45 |
| GO | 12.878,52 | 0,42 |
| AM | 14.014,12 | 0,38 |
| MS | 14.188,41 | 0,38 |
| MG | 14.232,81 | 0,38 |
| PR | 16.927,98 | 0,32 |
| MT | 17.927,00 | 0,30 |
| RS | 18.378,17 | 0,29 |
| ES | 20.230,85 | 0,27 |
| SC | 20.388,84 | 0,26 |
| RJ | 21.621,36 | 0,25 |
| SP | 24.456,88 | 0,22 |
| DF | 45.977,59 | 0,12 |

Ao multiplicarmos o valor ponderado pelo total de recursos arrecadados pelos candidatos temos como resultado um montante de recursos que podem ser comparados entre os distritos eleitorais. Assim, as diferenças absolutas das



arrecadações geradas pelos distintos níveis de desenvolvimento econômico de cada distrito seriam anuladas pela multiplicação.

Considera-se que o valor arrecadado pelo conjunto de candidatos de determinado distrito eleitoral é passível de ser comparado com candidatos de outros distritos, que apresentem níveis de desenvolvimento econômico distintos. Se todos os distritos eleitorais tivessem a mesma proporção de candidatos à eleição, bastaria multiplicar o valor ponderado da tabela 2 pelo de receitas individuais para termos valores comparáveis entre todos os candidatos. No entanto, como já vimos na tabela 1, isso ainda não seria adequado.

A operação pode ser representada da seguinte forma:

$$APde = PPib \times TotRec$$

Onde:

APde = Arrecadação proporcional à riqueza do distrito eleitoral;

PPib = Proporção do PIB Percapta em relação ao Piauí;

TotRec = Total de receitas individuais declaradas ao TSE.

Como nem todos os distritos eleitorais apresentaram a mesma proporção de candidatos é preciso, ainda, ponderar as receitas proporcionais pela proporção efetiva de concorrentes. Faz-se isso multiplicando o valor de APde pela PEC de cada distrito, da seguinte forma:

$$RpRC = APde \times PEC$$

Onde:

RpRC = Recursos ponderados por riqueza regional e proporção de candidatos;

APde = Arrecadação proporcional à riqueza do distrito eleitoral;

PEC = Proporção efetiva de candidatos no distrito eleitoral.

Com as ponderações por proporção de candidatos e proporção de riqueza, os valores individuais de receitas dos candidatos são ajustados. Como os indicadores são invertidos – espera-se obter um valor médio entre a proporção de candidatos e riqueza do distrito eleitoral. O indicador é invertido



porque em relação ao PIB per capita os maiores pesos recaem sobre os distritos eleitorais mais pobres, enquanto o indicador de candidatos efetivos, os maiores pesos recaem sobre os distritos com maior proporção de concorrentes. Isso tem como resultado uma compensação entre disponibilidade de recursos e de candidatos em cada distrito eleitoral. Do ponto de vista teórico, se fossem preenchidas 100% das vagas de candidatos no distrito eleitoral mais rico, ele ficaria no centro da distribuição – 14º posição – no ranking das UFs.

Tab. 3 – Valores reais e ponderados por riqueza e número de candidatos

| UF | R\$ Média | RpRC | Dif.% |
|----|------------|------------|-------|
| TO | 379.636,13 | 276.375,10 | 72,80 |
| AC | 197.913,59 | 137.846,82 | 69,65 |
| PI | 163.580,09 | 109.598,66 | 67,00 |
| RO | 154.764,37 | 101.293,28 | 65,45 |
| AL | 224.916,00 | 146.532,77 | 65,15 |
| MA | 127.685,24 | 82.995,40 | 65,00 |
| MS | 310.632,17 | 193.989,79 | 62,45 |
| PB | 119.436,06 | 71.661,64 | 60,00 |
| PA | 157.115,82 | 84.214,08 | 53,60 |
| AP | 67.982,78 | 33.889,41 | 49,85 |
| CE | 247.926,57 | 122.103,84 | 49,25 |
| RR | 280.524,60 | 136.615,48 | 48,70 |
| BA | 240.648,61 | 116.834,90 | 48,55 |
| PE | 313.464,56 | 151.403,38 | 48,30 |
| RN | 268.062,01 | 127.999,61 | 47,75 |
| SE | 165.959,97 | 77.918,20 | 46,95 |
| GO | 586.693,31 | 251.398,08 | 42,85 |
| ES | 273.199,05 | 114.197,20 | 41,80 |
| MT | 425.094,87 | 174.288,90 | 41,00 |
| MG | 266.765,46 | 104.972,21 | 39,35 |
| RJ | 145.047,22 | 55.698,13 | 38,40 |
| PR | 275.632,81 | 104.327,02 | 37,85 |
| SC | 184.647,74 | 69.612,20 | 37,70 |
| SP | 222.608,56 | 83.478,21 | 37,50 |
| AM | 260.153,98 | 95.346,43 | 36,65 |
| RS | 201.680,37 | 63.731,00 | 31,60 |
| DF | 183.614,51 | 54.808,93 | 29,85 |



A tabela 3 acima mostra as diferenças percentuais entre os valores médios das receitas dos candidatos por distrito eleitoral e os valores ponderados por PIB Per capita e número efetivo de candidatos. De acordo com a tabela, o Tocantins apresentou a menor diferença entre a média original de receitas de campanhas para deputado federal, o valor ponderado por PIB per capita e número efetivo de candidatos. A receita média ponderada representou 72,8% da média original. A maior diferença média ficou com Distrito Federal, onde o valor ponderado representa apenas 29,85% da média declarada de receitas das campanhas.

O último passo para a verificação da efetividade do índice de monetarização é constatar se as ponderações não tiveram efeito significativo sobre a relação entre recursos de campanha e votos. Se o coeficiente de determinação variar muito em relação ao original, significa que o índice está enviesando a relação de maneira artificial. Se, no agregado, o resultado do coeficiente de determinação dos valores ponderados ficar próximo do original, o modelo explicativo continua ajustado, mesmo após as ponderações. Utilizando-se as variáveis transformadas em logaritmos da votação nominal e da ponderação dos valores por PIB e Candidatos efetivos (RpRC) o r^2 de 0,698, portanto, praticamente o mesmo apresentado no gráfico 1 (r^2 de 0,700). Com isso podemos seguir adiante e propor uma tipologia para os tipos de concorrência para deputado federal a partir da monetarização controlada das campanhas, o que será feito no próximo tópico.

3. Uma tipologia para comparação entre distritos eleitorais no Brasil

Considerando as duas variáveis para ponderar os efeitos dos recursos financeiros nas campanhas, propomos uma categorização. Em primeiro lugar, dividiremos, a partir da mediana da proporção de candidatos efetivos, dois grupos: abaixo da mediana, de 0,490, distritos eleitorais com baixa competitividade e acima da mediana, distritos com maior proporção de competidores. Seguindo a mesma lógica para a variável econômica, dividiremos em dois grupos iguais, a partir da mediana de 0,450 de proporção do PIB Per capita, os distritos eleitorais mais desenvolvidos do ponto de vista econômico

(abaixo da mediana) e os menos desenvolvidos (acima da mediana)⁸. Ao reunirmos os grupos das variáveis binárias, criamos uma nova categorização que considera as duas dimensões em conjunto: política e econômica, conforme o quadro 1 a seguir. A distribuição dos distritos eleitorais em 2010, no que diz respeito ao financiamento de campanhas com monetarização controlada ficou da seguinte forma:

Quadro 1 – Distribuição dos DEs por tipo de monetarização em 2010

| | | PIB percapta | |
|---|---|-------------------------------------|---------------|
| | | - | + |
| Proporção de candidatos | + | - + (MLiE) | + + (MaM) |
| | - | - - (MeM) | + - (MLiP) |
| CATEGORIA | DEFINIÇÃO | DEs | N (% Total) |
| Menos monetarizadas (MeM). | Distritos eleitorais com baixo PIB percapta e baixa proporção de candidatos por vaga. | BA, CE, MA, PA, PB, PE, PI, RN, SE. | 9 (33,33%) |
| Monetarização limitada por escassez econômica (MLiE). | Distritos eleitorais com baixo PIB percapta e alta proporção de candidatos por vaga. | AC, AL, AM, RO, RR, TO. | 6 (22,22%) |
| Monetarização limitada por escassez política (MLiP). | Distritos eleitorais com alto PIB percapta e baixa proporção de candidatos por vaga. | AM, MG, RS. | 3 (11,11%) |
| Mais monetarizadas (MaM). | Distritos eleitorais com alto PIB percapta e alta proporção de candidatos por vaga. | DF, ES, GO, MS, MT, PR, RJ, SC, SP. | 9 (33,33%) |

Definidas as categorias, a partir daqui são realizados testes para verificar o desempenho dos candidatos por tipo de distrito eleitoral segundo o grau de monetarização das campanhas. Começaremos testando as diferenças entre receitas dos candidatos e votos obtidos por tipo de disputa. Ao verificar a diferença na proporção de receitas por voto obtido entre eleitos e não eleitos pode-se perceber o grau de concentração de recursos em candidatos eleitoralmente viáveis por tipo de distrito. Quanto maior a diferença, mais

⁸ Assim, segue invertido, pois optamos por deixar os distritos eleitorais menos desenvolvidos mais próximos do valor máximo, que é de 1, para o Piauí.



concentrados os recursos financeiros nas campanhas dos concorrentes com chances de vitória. Quanto menor a diferença, mais igualdade na distribuição dos recursos financeiros para as campanhas eleitorais.

Analisando as distintas médias de Reais por voto obtido entre eleitos e não eleitos (tab. 4), percebe-se que o voto é mais barato para os eleitos em todas as categorias. No entanto, nos distritos eleitorais com menor monetarização (MeM) as distâncias são maiores. Os não eleitos apresentam uma média de 82,33% mais reais por voto do que os eleitos, ficando em R\$ 6,56 contra R\$ 3,60. A segunda maior diferença está nos distritos mais monetarizados (MaM), com 39,92% de média de reais a mais por voto nos não eleitos do que nos eleitos. Em seguida ficam os distritos com monetarização limitada por escassez política, com 29,94% de diferença e, por fim, distritos com monetarização limitada por escassez econômica, com 14,61% de diferença. Esses resultados mostram que onde há menos recursos disponíveis e menos candidatos na disputa, as doações tendem a se concentrar nos candidatos com maiores chances de eleição. Proporcionalmente, a diferença média dos menos monetarizados é duas vezes maior que a diferença dos mais monetarizados, na segunda posição em termos de concentração de recursos em candidatos com chances de vitória.

O teste de diferenças de médias a partir da análise de variância (ANOVA) para candidatos eleitos e não eleitos por categoria de monetarização mostra que as diferenças médias entre não eleitos são estatisticamente significativas, portanto, fortes para a relação entre quase todas as categorias, exceto em disputas menos monetarizadas (MeM) e de monetarização limitada por escassez política (MLiP). Isso significa que no total de candidatos as diferenças são significativas para quase todas as categorias. No entanto, quando olhando para as diferenças médias dos eleitos, percebemos que as únicas diferenças fortes, estatisticamente significativas, são entre os candidatos de distritos menos monetarizados (MeM) em relação aos demais. As outras três categorias de eleitos não apresentam diferenças médias significativas (indicado em vermelho na tab. 4). Isso significa que enquanto para os não eleitos o nível de

monetização do distrito eleitoral importa para a relação R\$/voto, para os eleitos, não.

Tab. 4 – Médias entre R\$ por voto obtido pelas categorias de monetização

| Categorias | Total | | Eleitos | | Diferenças | |
|------------|--------|--------|---------|--------|----------------|---------|
| | Média | D.P. | Média | D.P. | Média | D.P. |
| MeM | 6,564 | 56,113 | 3,60 | 2,460 | -2,94 (82,33%) | -53,653 |
| MLiE | 17,893 | 68,648 | 13,77 | 16,455 | -4,12 (29,94%) | -52,193 |
| MLiP | 4,871 | 33,565 | 4,25 | 2,940 | -0,62 (14,61%) | -30,625 |
| MaM | 7,010 | 29,548 | 5,01 | 4,028 | -2,00 (39,92%) | -25,520 |

| (I) Categoria | (J) Categoria | Total | | Eleito | |
|------------------|------------------|------------------|--------------|------------------|--------------|
| | | Dif. média (I-J) | Sig. | Dif. média (I-J) | Sig. |
| MeM | MLiE | -3,831 | 0,000 | -5,180 | 0,000 |
| | MLiP | -0,638 | 0,538 | -4,154 | 0,000 |
| | MaM | -1,965 | 0,000 | -4,045 | 0,000 |
| MLiE | MeM | 3,831 | 0,000 | 5,180 | 0,000 |
| | MLiP | 3,193 | 0,000 | 1,026 | 1,000 |
| | MaM | 1,866 | 0,001 | 1,135 | 1,000 |
| MLiP | MeM | 0,638 | 0,538 | 4,154 | 0,000 |
| | MLiE | -3,193 | 0,000 | -1,026 | 1,000 |
| | MaM | -1,327 | 0,000 | 0,109 | 1,000 |
| MaM | MeM | 1,965 | 0,000 | 4,045 | 0,000 |
| | MLiE | -1,866 | 0,001 | -1,135 | 1,000 |
| | MLiP | 1,327 | 0,000 | -0,109 | 1,000 |

Esses resultados mostram que em situação de escassez econômica e política (baixo PIB e baixa proporção efetiva de candidatos) os valores financeiros necessários para obtenção de votos pelos candidatos caem. Menos dinheiro e menos concorrentes fazem com que as receitas dos eleitos sejam mais parecidas com as receitas dos não eleitos. No entanto, a menor diferença geral, ao contrário do que se poderia imaginar, não se dá entre MeM e MLiE mas sim entre MeM e MLiP. Isso significa que em distritos com limitação de candidatos, os volumes de recursos são menores do que em distritos com limitação econômica, ou seja, as campanhas são mais igualitárias no que diz respeito às finanças quando há menos concorrentes do que quando o distrito

eleitoral possui menos riquezas. Dito de outra forma, ainda que exista riqueza econômica no distrito eleitoral, as doações de campanha são limitadas pelo número reduzido de concorrentes. Essa limitação é maior do que a percebida em distritos onde a riqueza é baixa, mas tem alta proporção de candidatos (MLiP).

Feitas as análises por impacto de recursos financeiros nos votos, passamos agora a testar o índice com três variáveis de ordem individual: i) origem do candidato, se ele é político profissional ou não; ii) sexo do candidato, se homem ou mulher; e iii) tipo de coligação partidária do candidato. Em todos eles, os resultados são divididos para todos os concorrentes e para os eleitos. Isso a fim de verificar se existem diferenças no comportamento do total de concorrentes e dos eleitos⁹.

A tabela 5 mostra a relação entre as categorias de monetarização e se o candidato é ou não político profissional, para todos os candidatos e apenas para os eleitos. Percebe-se que quando consideramos o conjunto de concorrentes, não há diferenças significativas entre ser ou não político profissional em nenhuma das categorias. Todos os resíduos ficam entre $\pm 1,96$ e o q^2 é de 4,031.

Tab. 5 – Distribuição de Políticos Profissional por tipo de monetarização

| Categoria concorrência | Político profissional | | | |
|------------------------|-----------------------|------|----------------|------------|
| | Todos | | Eleitos | |
| | Não | Sim | Não | Sim |
| MeM | -0,4 | 1,3 | 0,4 | -0,4 |
| MLiE | 0,1 | -0,3 | 1,1 | -1,0 |
| MLiP | -0,2 | 0,8 | -2,4 | 2,1 |
| MaM | 0,3 | -1,1 | 0,7 | -0,6 |
| q-quadrado | 4,031 (0,258) | | 13,459 (0,004) | |

Quando são considerados apenas os eleitos, aparece uma concentração de resíduos negativos significativos (-2,4) para não político profissional em

⁹ Para demonstrar essas diferenças serão analisados os resíduos padronizados, que indicam a concentração de casos nas categorias. Como todos os testes usam o intervalo de confiança de 95%, o limite crítico para o valor padronizado de uma distribuição esperada é de até $\pm 1,96$. Qualquer resíduo acima desse limite, positivo ou negativo, indica um número maior de casos do que se esperaria ao comparar a distribuição real com a distribuição teórica. Também são apresentados os coeficientes q^2 para todas as relações, embora já se saiba previamente que ele só será estatisticamente significativo caso algum resíduo fique acima do limite crítico de $\pm 1,96$.

disputas com monetarização limitada por escassez política e também há resíduos positivos significativos (2,1) na mesma categoria. Isso eleva o q^2 para 13,459, tornando-o estatisticamente significativo. A interpretação dessa distribuição é de que há uma tendência de se encontrar mais políticos profissionais eleitos em distritos com baixo número efetivo de candidatos. Ou seja, distritos com menor proporção de concorrentes tenderam a eleger mais políticos profissionais para a Câmara dos Deputados em 2010.

A segunda variável testada aqui é sexo do candidato. O objetivo é identificar tendência de concentração de mulheres em determinada categoria de monetarização das campanhas. Ao contrário da variável anterior, a tab. 6 mostra que os coeficientes de q^2 são significativos tanto para o conjunto de candidatos quanto para os eleitos, com coeficientes de 20,308 e 12,080, respectivamente. Isso significa que pelo menos um dos resíduos de cada grupo ficou acima do limite crítico. Podemos perceber que os resíduos significativos (em vermelho na tab. 6) ficam para as mulheres, tanto entre todos os candidatos quanto entre os eleitos. Isso significa que no caso dos homens, a distribuição das candidaturas, independente de ter sido ou não eleito, não apresenta concentração em nenhuma das categorias de monetarização.

Tab. 6 - Distribuição de Sexo do candidato por tipo de monetarização

| Categoria concorrência | Sexo | | | |
|------------------------|----------------|-------|----------------|-------|
| | Todos | | Eleitos | |
| | Mulher | Homem | Mulher | Homem |
| MeM | -3,1 | 1,4 | -1,1 | 0,3 |
| MLiE | 1,3 | -0,6 | 2,8 | -0,9 |
| MLiP | -1,3 | 0,6 | -1,4 | 0,4 |
| MaM | 2,0 | -0,9 | 0,5 | -0,2 |
| q-quadrado | 20,308 (0,000) | | 12,080 (0,007) | |

Já no caso das mulheres, percebe-se que entre todas as candidatas há uma tendência negativa significativa (-3,1) em campanhas menos monetarizadas e positiva significativa em disputas mais monetarizadas (2,0). Isso significa que em distritos mais desenvolvidos economicamente e com maior proporção de concorrentes, há uma tendência de se encontrar mais mulheres na



disputa. A presença de mulheres em distritos com maior proporção de concorrentes já era esperado, pois, em função da existência de cotas para o sexo dos candidatos, quanto maior o número de mulheres, maior a proporção de concorrentes. Porém, diferente disso é encontrar menos mulheres do que o esperado entre os candidatos de distritos menos desenvolvidos economicamente. Isso nos permite afirmar que desenvolvimento econômico contribuiu positivamente à inserção de mulheres na campanha eleitoral para deputado federal em 2010.

No entanto, isso não significa que por existirem mais candidatas em distritos eleitorais economicamente desenvolvidos, elas terão mais sucesso nesses distritos. Ao contrário, os resíduos padronizados para os eleitos mostram que a única categoria a apresentar resíduo significativo para mulheres foi a de monetarização limitada por escassez econômica (MLiE), com coeficiente de 2,8. Isso significa que as eleitas concentraram-se em distritos eleitorais com número efetivo de candidatos alto, porém, com baixo desenvolvimento econômico. Ou seja, embora em distritos eleitorais ricos haja uma proporção maior de candidatas, elas são mais bem sucedidas em locais com baixa monetarização por limitação econômica.

A próxima variável tem caráter estritamente político. Ela identifica a relação entre o desempenho dos candidatos por tipo de coligação. Parte-se do pressuposto que coligações com o partido que venceu a disputa majoritária, o PT, apresentem características específicas por tipo de monetarização. Se a hipótese da dependência em relação ao Estado e da vinculação do voto à satisfação econômica estiver correta, distritos eleitorais mais pobres tenderão a concentrar mais eleitos do próprio PT ou de partidos coligados a ele. Para tanto, os candidatos foram distribuídos em três grupos: i) em coligações sem o PT, para os partidos que se coligaram, sendo de oposição ou não, sem a presença do partido majoritário; ii) coligação com o PT, para os candidatos de partidos que se coligaram ao PT e para candidatos petistas que entraram na disputa coligados com outros partidos; e iii) PT não coligado, para candidatos de distritos eleitorais onde o PT resolveu não se coligar a nenhum partido e lançou chapa solteira.

A tab. 7 mostra que os coeficientes do teste estatístico q^2 ficaram mais elevados do que os das variáveis anteriores. O q^2 para todos os concorrentes foi de 139,347 (0,000) e para os eleitos, de 79,765 (0,000). Isso indica que pelo menos uma das relações entre as categorias de todos os concorrentes ou para os eleitos ficou acima do limite crítico.

Se considerarmos os resultados para o conjunto de candidatos, os distritos com menor monetarização tenderam a ter menos candidatos em coligações sem o PT (-2,6) e menos candidatos do PT não coligado (-2,5). Nesses mesmos distritos tendemos a ter mais concorrentes de partidos coligados ao PT (7,9). Nos distritos com monetarização limitada por escassez econômica, o único resíduo significativo é positivo para candidatos em coligações com PT (4,1). Já nos distritos mais monetarizados, os resíduos positivos aparecem para candidatos em coligações sem o PT (2,0) e os negativos para candidatos em coligações com o PT (-6,0). Podemos afirmar a partir desses resultados que em distritos mais pobres e com menor proporção de candidatos efetivos há uma tendência de concentração de concorrentes da base do partido do governo. Já os distritos mais desenvolvidos economicamente e com maior proporção de concorrentes tendem a concentrar candidatos de partidos que não fazem parte da base do PT.

Tab. 7 - Distribuição do tipo de coligação do partido por tipo de monetarização

| Categorias concorrência | Todos | | | Eleito | | |
|-------------------------|-----------------|-------------|-------------|----------------|-------------|-------------|
| | Col. Sem PT | Col. Com PT | PT não Col. | Col. Sem PT | Col. Com PT | PT não Col. |
| MeM | -2,6 | 7,9 | -2,5 | -3,5 | 5,4 | -2,0 |
| MLiE | -1,3 | 4,1 | -1,5 | 0,5 | -0,3 | -1,1 |
| MLiP | -0,2 | 0,3 | 1,3 | 0,8 | -2,1 | 3,7 |
| MaM | 2,0 | -6,0 | 1,2 | 2,3 | -3,1 | -0,2 |
| q-quadrado | 139,347 (0,000) | | | 79,765 (0,000) | | |

No caso dos efeitos para os eleitos, os resíduos ficam próximos dos encontrados para o conjunto de candidatos. Como se percebe na tab. 7 acima, nos distritos menos monetarizados há menor proporção de eleitos de coligações sem o PT (-3,5) e do PT não coligado (-2,0). Concorrentes que pertencem a partidos coligados ao PT ou ao próprio PT coligado tiveram concentraram-se em



os eleitos nesses distritos (5,4). Os resíduos padronizados dos distritos com monetarização limitada por escassez econômica apresentaram-se baixos, não indicando nenhuma relação. Já os distritos com monetarização limitada por escassez política, os resíduos significativos negativos para partidos coligados com o PT (-2,1) e positivos para candidatos petistas não coligados (3,7). Nos distritos mais monetarizados o resíduos significativos positivos ficam por conta dos candidatos de partidos coligados sem o PT (2,3) e resíduos negativos para partidos coligados com o PT (-3,1).

É possível afirmar, precariamente, que disputas em distritos menos desenvolvidos economicamente e com baixa proporção de concorrentes tendem a beneficiar o partido do governo e a base aliada – coligados com o PT. Há também, nesses distritos, uma redução nas chances de eleição dos candidatos de partidos não coligados ao PT. Ao contrário, nos distritos eleitorais mais desenvolvidos economicamente e com maior proporção de concorrentes, há uma tendência de eleição em partidos distantes do PT e não eleição de concorrentes de siglas coligadas ao partido majoritário.

4. Notas Conclusivas

Por se tratar de um país com dimensões continentais, por mais que as regras eleitorais brasileiras estabeleçam fórmulas únicas em todos os distritos eleitorais, não se deve desconsiderar aspectos regionais de outras ordens ao se pretender analisar comparativamente os indicadores. Isso é ainda mais relevantes quando o objeto de análise vincula-se ao financiamento de campanhas, sob o ponto de vista da transformação de recursos em votos pelos candidatos. Análises a partir de dados nacionais sobre financiamento de campanha que desconsiderem diferenças regionais do País correm grandes riscos de chegarem a resultados distorcidos e temerários. Se considerarmos apenas o objeto de análise aqui – disputa para deputado federal em 2010 – e partindo das duas variáveis de contexto: econômica e política, percebemos diferenças significativas.

Do ponto de vista econômico, o distrito com maior PIB Per capita, Distrito Federal, apresentava em 2008 um valor quase dez vezes maior que o distrito



com menor PIB Per capita, o Piauí. Evidente que apenas essa diferença indica uma escassez maior de recursos para campanhas no Piauí do que no Distrito Federal, o que torna necessário ponderar o “valor do dinheiro” em campanhas eleitorais sob condições econômicas tão distintas. Além da disponibilidade de dinheiro no “mercado”, temos que considerar também a existência de candidatos para concorrerem ao dinheiro do financiamento. Quanto maior a proporção de candidatos, mais disputados serão os recursos. Em 2010, em média, os distritos eleitorais preencheram 44% do total de vagas disponíveis, segundo as regras eleitorais de então. Se todos os distritos eleitorais apresentassem as mesmas proporções de concorrentes, isso não seria um problema para a análise. A questão é que existe muita variação nas proporções de candidatos efetivos. Na disputa para Câmara de Deputados em 2010, o distrito eleitoral com maior proporção de candidatos em relação ao máximo permitido foi Tocantins, com 0,93 e a menor proporção ficou com Ceará, 0,23 candidato efetivo.

Por conta das desigualdades regionais, tanto econômicas quanto políticas, fez-se aqui um esforço para propor uma categorização das disputas em função do grau de monetarização do distrito, considerando o PIB Per capita e a proporção efetiva de candidatos. Assim, foi possível uma categorização que vai de distritos Menos Monetizados (MeM), quando há baixa riqueza e proporção reduzida de candidatos efetivos; até os Mais Monetizados (MaM), com alta riqueza e proporção de candidatos efetivos elevada. Entre esses dois polos encontram-se as categorias intermediárias: Monetização Limitada por Escassez Econômica (MLiE), para distritos onde há baixa riqueza econômica, mas grande proporção de candidatos efetivos; e Monetização Limitada por Escassez Política (MLiP), com alta riqueza econômica, mas baixa proporção de candidatos efetivos.

Os testes a respeito do impacto dos recursos no financiamento das campanhas mostraram-se muito similares para o modelo bruto e para o ponderado pelas diferenças econômicas e políticas. A regressão entre total de votos e recursos arrecadados apresentou um r^2 de 0,394 sem a ponderação e r^2 de 0,386 depois de ponderado pelas duas variáveis, indicando ajustamentos muito parecidos para os dois casos. No entanto, o coeficiente Beta (β) do



modelo ponderado foi sensivelmente maior que o do modelo sem ponderação, ficando em $\beta=0,132$ e $\beta=0,056$, respectivamente.

Diante do indicador de que o impacto do financiamento individual dos candidatos é sensível à ponderação por riqueza regional e proporção de concorrentes, realizamos testes para identificar possíveis padrões de desempenho eleitoral dos concorrentes em função de outras variáveis. O primeiro diz respeito à diferença da relação entre reais/voto entre eleitos e não eleitos nas quatro categorias de monetarização das campanhas. Descobriu-se (ver tab. 4) que os eleitos conseguem mais votos para cada real arrecadado em todos os distritos. No entanto, a diferença é maior em distritos Menos Monetizados, ultrapassando os 80% de diferença na média. Ou seja, para obter um voto, um candidato derrotado em um distrito MeM precisa de 1,8 vezes mais recursos financeiros do que um eleito. A diferença proporcional em distritos Mais Monetizados (MaM) ficou pouco acima de 40%. Os distritos com Monetização Limitada por Escassez Política (MLiP) foram os que apresentaram menores distinções entre eleitos e derrotados no que diz respeito à conversão de recursos financeiros em votos. Ou seja, quanto mais candidatos em disputa, maior a igualdade de condições financeiras entre eleitos e não eleitos, independente da riqueza regional.

A segunda variável testada mediu a relação entre o desempenho de candidatos que são políticos profissionais, os demais concorrentes e o tipo de monetarização das campanhas. Quando se consideram todos os candidatos, não é possível verificar resíduos padronizados acima do limite crítico, o que indica que a distribuição está próxima da esperada quando não há relação entre as duas variáveis. No entanto, (ver tab. 5) quando se consideram apenas os eleitos, em distritos com Monetização Limitada por Escassez Política (MLiP) há menor proporção de políticos profissionais entre os não eleitos e maior proporção entre os eleitos. Isso significa que se nos demais tipos de disputa não faz diferença ser ou não político profissional para se eleger, em condições de riqueza econômica e baixa proporção de candidatos, os políticos de carreira tendem a se eleger mais.



Se considerar a relação entre sexo do candidato e tipo de disputa, percebe-se que os homens distribuem-se igualmente em todas as categorias, tanto para o total, quanto para os eleitos. Já as mulheres apresentam alguns resíduos estatisticamente significativos. A tabela 6 mostra que entre todas as candidatas, as mulheres tendem a estar menos presentes em distritos com Menos Monetização (MeM) e mais presente em distritos com Mais Monetização (MaM). No entanto, isso não se reflete no sucesso eleitoral delas. Ao se considerar apenas as eleitas, percebe-se que o único resultado forte e positivo é em distritos com Monetização Limitada por Escassez Econômica (MLiE), ou seja, mulheres são mais bem sucedidas em distritos pouco desenvolvidos economicamente, mas que apresentam alta proporção de candidatos efetivos. Ou, dito de outra forma, as mulheres se apresentaram mais para a disputa de 2010 em distritos eleitorais com economia desenvolvida, mas foram mais eleitas em distritos menos ricos, porém, com alta proporção de candidatos.

A última variável testada aqui é de caráter político e diz respeito ao efeito da proximidade do partido majoritário – PT – no desempenho dos candidatos por tipo de monetização da campanha. Os concorrentes foram organizados em três grupos: partidos em coligações sem o PT, que inclui partidos solteiros ou coligados sem o partido majoritário, indicando independência ou oposição a ele; partidos coligados com o PT, indicando proximidade ao partido majoritário; e PT não coligado, para distinguir os candidatos petistas que disputaram a eleição sem se coligar. Os resultados (tab. 7) mostram a existência de relação entre desenvolvimento econômico/político, apresentação de candidatos e taxa de sucesso dos mesmos. É possível perceber que partidos coligados ao PT tendem a eleger mais candidatos em distritos Menos Monetizados (MeM) e a eleger menos em distritos Mais Monetizados (MaM). O oposto acontece com os concorrentes de partidos não coligados ao PT. Há um coeficiente negativo e significativo para a eleição em distritos MeM e positivo em distritos MaM para os opositoristas. No entanto, quando consideramos as relações entre todos os candidatos, percebemos que os desempenhos são similares. Partidos coligados ao PT tendem a apresentar mais candidatos em distritos MeM e partidos não



coligados ao PT, ao contrário, apresentam um número menor de concorrentes nesses distritos. Portanto, é possível afirmar que o “voto governista” em distritos mais pobres está diretamente relacionado à organização das candidaturas pelas elites políticas. Como a oposição e partidos independentes apresentam menos candidatos em distritos com baixa monetarização, há uma tendência da coligação do partido majoritário conseguir maiores taxas de sucesso nessas áreas.

Os resultados apresentados aqui não pretendem ser definitivos, visto tratar-se da análise de uma única disputa para a Câmara de Deputados – a de 2010. No entanto, comprovam duas coisas principais: i) a necessidade de relativizar o impacto dos recursos financeiros nas campanhas eleitorais quando se pretende fazer análises comparativas ou a partir de dados com abrangência nacional; ii) a ponderação apenas por variáveis econômicas pode ser insuficiente para explicar as diferenças entre distritos eleitorais brasileiros. O que se mostrou mais adequado aqui foi a ponderação conjunta entre desenvolvimento econômico (medido pelo PIB Per capita) e desenvolvimento da competição política (medido pela proporção de candidatos efetivos) para ser possível verificar os impactos dos recursos financeiros nas campanhas eleitorais.



5. Referências bibliográficas

FISHER, Justin & EISENSTADT, Todd. **Introduction: comparative party finance. What is to be done?** Party Politics Review. Vol 10. Nº 6, 2004. (p. 619 a 626).

MANN, Thomas. **El sistema de financiamiento de campañas em Estados Unidos bajo estudio: problemas y perspectivas de cambio.** Revista Ciencia Política. Chile. Vol. 20. Nº 1, 1999 (p. 61 a 84).

PEÑA, Ricardo. **El Número de Autonomías y La Competitividad Electoral.** Política y Cultura, otoño, 2005. N. 24 p. 233 a 255.

SCARROW, Susan E. **Explaining political finance reforms: competition and context.** Party Politics Review. Vol 10. Nº 6, 2004. (p. 653 a 675).

SPECK, Bruno W. & MANCUSO, Wagner P. **O financiamento político nas eleições brasileiras de 2010: um panorama geral.** Paper apresentado no 35º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu-MG, 2011.

TAAGEPERA, Rein e SHUGART, M.S. Shugart. **Seats & Votes: The effects & determinants of Electoral Systems.** New Haven: Yale University Press, 1989.

Sítios eletrônicos pesquisados:

www.tse.gov.br

WWW.ibge.gov.br